**Ata da nona sessão ordinária do primeiro período, da primeira sessão legislativa da Câmara Municipal de Santana do Deserto realizada aos doze dias de abril de dois mil e cinco.** Presidente: Pedro Paulo Schuchter, Vice-Presidente: Carlos Henrique de Carvalho, Secretário: Paulo Sérgio. Vereadores Presentes: Carlos Fernandes de Souza, Darci Itaboraí, Luiz Carlos Florentino de Souza, Sebastião da Costa Rodrigues, Valdevino da Silva Mariano e Wallace Sebastião Vasconcelos Leite. Havendo quórum regimental foram abertos os trabalhos da presente sessão pelo Senhor Presidente que antes da leitura da ata da reunião anterior, comunicou aos senhores vereadores sobre o respeito dos mesmos para com o horário de início da reunião, pois se tem verificados muitos atrasos por parte dos edis, mostrando um desrespeito para as pessoas presentes na reunião, e também que os senhores vereadores não devem deixar as proposições para serem feitas na última hora e que a partir daquela reunião os atrasos não mais seriam tolerados e que a reunião se iniciaria no horário regimental com tolerância máxima de quinze minutos. Após o comunicado o senhor Presidente solicitou fosse feita a leitura da reunião anterior, que após ser levada ao plenário foi aprovada sem emendas ressalvas. Na sequência foi feita a leitura dos documentos que constavam do expediente, quais sejam ofício Circular do PDT de Minas Gerais, comunicando a posse no primeiro escalão do governo mineiro do seu presidente Manoel Costa. Comunicado do Ministério da Educação de repasses de verbas ao Município, convite do Secretário da Agricultura informando sobre congresso. Da UVEMIG, e demais congressos por todo o Brasil, que tiveram leitura dispensada, ficando os mesmos à disposição dos edis na secretaria da Câmara. Foram feitos, em seguida, a leitura das preposições Pedido de Informação 001/2005 de autoria dos vereadores Darci, Luiz Carlos, Valdevino e Sebastião Indicação 01/2005 de Valdevino da Silva Mariano e 02/2005 de Carlos Fernandes de Souza, bem como os Requerimentos 83, 84, 85, 86 e 87/2005 de autoria dos vereadores Darci, Luiz Carlos, Valdevino e Sebastião. Sendo esclarecido pelo Senhor Presidente a diferença entre requerimento e indicação. Terminada a leitura do expediente, o senhor Presidente franqueou a palavra aos nobres edis, como ninguém fez uso da palavra, deu por encerrado o expediente, passando então a tratar dos assuntos inseridos na Ordem do Dia, assim, foi colocado em discussão e votação a indicação 01/2005, sendo a defesa pelo vereador Darci Itaboraí que alegou ser necessário tal informação para que se possa saber o real valor da dívida existente no município. Ter ciência sobre a prestação de contas feita este ano, saber como foi feita a transição de governo, pois existe um relatório de transmissão onde consta o valor existente em caixa e demeias informações, pois, os cidadãos estão comentando sobre a existência de fornecedores não pagos, sendo desta forma necessário o pedido de informação para o esclarecimento de toda a população sobre estes fatos. Após a manifestação do nobre vereador o pedido de informação foi discutido, votado e aprovado por unanimidade. A Indicação 01/2005 em defesa da proposição seu autor, informou que o local é escuro, com vegetação alta por todos os lados, o que pode acarretar insegurança das pessoas que por ali trafegam que tem medo de sofrerem algum tipo de violência no local, após manifestação foi a indicação, discutida, votada e aprovada por unanimidade por todos os presentes. Indicação 02/2005, defesa feita pelo autor que externou seus votos de congratulação pelos serviços desempenhados pela Secretaria de Educação, afirmando ser necessário a divisão das turmas conforme indicado para que reste, digo, para que seja facilitado o trabalho da professora e seja melhorado o aprendizado dos alunos, sendo a mesma discutida e votada aprovada por unanimidade. Requerimento 83/2005, com manifestação feita pelo vereador Darci Itaboraí, onde este informou que já havia posto, digo, havia proposto um projeto de Lei que prevê uma ajuda de custo de vinte por cento sobre o salário dos professores, destinados a cobrir despesas de deslocamentos para fora do município, dizendo ser necessário tal requerimento, para saber se tal benefício está ou não sendo pago, e que se a lei existe, todos têm direito a receber tal benefício previsto no estatuto do funcionário municipal; em aparte do Presidente que quis saber se a ajuda é na condução dos professores citando uma lei que existe em Juiz de Fora, cujo valor é igual a cinquenta por cento. Em seguida, foi o mesmo discutido, votado e aprovado por unanimidade. Requerimento 84/2005, em defesa da proposição o senhor vereador Darci, disse ser necessário para que se possa saber e existem servidores da educação em situação de desvio de função e até mesmo para que possa ter conhecimento sobre o real e qual atual quadro de servidores da área de educação. Em seguida, foi o mesmo discutido, votado e aprovado por unanimidade. Requerimento 86/2005, defesa feita pelo vereador Darci, pois este entende ser necessário o exato conhecimento da situação do transporte escolar no município, lembrou que existe um ônibus que está parado com problemas na caixa de marcha, sendo orçado o concerto em dois mil reais, que entende ser melhor o concerto de tal veículo do que a contratação de profissionais, pois recomendável o concerto do que a contratação visando sempre a questão da economia, a eficiência do serviço. O vereador Carlos Fernandes, informou que tem ciência da dificuldade que tal ônibus tem em algumas localidades de difícil acesso, que este caso seja concertado deverá transitar na zona Urbana. Requerimento votado e aprovado por unanimidade. Requerimento votado e aprovado por unanimidade. Requerimento 085/2005, defesa feita pelo vereador Darci, onde manifestou sobre a necessidade de se saber o real quadro de funcionários do magistério, saber o número de professores, alunos, etc. o principal é saber também como está funcionando o ensino no Município. Em seguida foi o mesmo discutido, votado e aprovado por unanimidade. Como não havia outras matérias em condições e em pauta e demais assuntos a serem tratados, o senhor Presidente encerrou a presente ordem do dia, voltando a colocar a Tribuna livre. O edil Luiz Carlos Florentino de Souza, fazendo uso da palavra informou ao plenário sobre a situação do médico do PSF estava e seu horário de trabalho para o Município, prestando serviços para uma empresa privada da cidade (Malharia Filcarol) e enquanto isso, os pacientes estavam esperando tratamento do PSF argumentou que acha tal fato um absurdo, pois o médico do município estava atendendo em uma malharia e que se alguém denunciasse tal situação para o Ministério da Saúde a cidade perderia tal serviço, e pelo que se sabe tal situação é totalmente desconhecida pelo secretário de saúde, requerendo que a Comissão de Saúde da Câmara apurasse o assunto. Em aparte o vereador Carlos Fernandes afirmou ter ciência da situação que também acredita que o Secretário da Saúde não conhece esse fato, e que se houve uma denúncia contra o município seria o pior para a população. Alertou que os médicos deveriam trabalhar mais e que o PSF tem compromisso é com a comunidade. O vereador Luiz Carlos informou sobre a situação do Bairro da Flores onde uma mãe deu uma garrafada na filha, sendo a mãe internada em Juiz de Fora e que esta situação foi conduzida por Conselho Tutelar do Rio de Janeiro. Manifestou sua vontade de que o Conselho Tutelar de Santana do Deserto trabalhe mais e que seja disponibilizado para o mesmo veículo para atendimento à população. O vereador Carlos Fernandes concorda com o seu colega afirmando que o Conselho tem que atender a população com mais presteza. O Vereador Darci Itaboraí citou que há empresas que prestam serviços de Medicina do Trabalho e que a malharia contrata esse serviço e não usar médico do PSF que tem que cuidar das crianças, idosos e doentes. Que este fato merece, com urgência, de providência da Comissão de Saúde da Casa. Em seguida aparte o Senhor Presidente esclareceu como funciona o presente serviço de Saúde do Município deve desconhecer essa irregularidade. O edil continuou sua manifestação afirmando a importância do Conselho Tutelar para a população e deste serviço estar mais aparelhado, ser mais atuante e menos burocrático, pois, os conselheiros a partir de 2004 estão sendo remunerados, que o atendimento da população tem que ser prioridade, devendo haver para isto um maior entrosamento entre as áreas, terminando seu pronunciamento com a leitura de um jornal cuja matéria se refere a um convênio firmando entre Simão Pereira e Matias Barbosa. O vereador Luiz Carlos Florentino de Souza solicitou providências sobre a situação das linhas de ônibus escolares, dizendo que os motoristas deverão conceder carona para a população carente das lo9calidades que precisam vir a cidade e que o senhor líder deverá tomar providências para a solução da questão. Como ninguém mais fizesse uso da palavra, o presidente marcou a próxima reunião para o dia dezenove próximo. Em tempo, o requerimento 87/2005 também foi discutido e aprovado por unanimidade, na ordem do dia. Os trabalhos foram encerrados e lavrou-se a presente ata que vai por todos assinada.